



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810358

Processo nº **0042385-28.2020.8.17.2001**

AUTOR: EDILSON SEVERINO DOS SANTOS

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

DESPACHO

Cuida-se de ação de cobrança de indenização securitária ajuizada por **EDILSON SEVERINO DOS SANTOS** em face de TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., todos qualificados na exordial. A parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita por meio de pedido articulado na exordial. A Lei processual confere à parte que ingressa em juízo o direito de gozar dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º. da Lei n. 1.060, de 5.2.50). A Lei ainda estabelece que se presume pobre quem declara essa condição, até prova em contrário (§ 1º. do art. 4º.).

Além da declaração de pobreza ou insuficiência de recursos, o Juiz pode determinar que a parte apresente outros elementos comprobatórios da sua situação econômica, o que não foi feito nos presentes autos, nos moldes do que autoriza o artigo 99, § 2º do CPC.

Posto isso, determino que a parte autora complemente a prova de sua incapacidade econômica, fazendo juntar aos autos, dentro de 15 (quinze) dias, e para que possa gozar dos benefícios da assistência judiciária, comprovante de renda do autor, cônjuge, companheira ou pessoa que vive sob mesmo teto, enfim documentos que comprovem a renda familiar e demonstrem a situação de necessidade anteriormente declarada.

Em idêntico prazo, deverá a parte autora juntar ao processo comprovante de residência em seu nome, porquanto o que fora juntado encontra-se em nome de terceiro estranho ao processo.

Decorrido o prazo fixado na presente decisão sem que tenha sido produzida a prova ordenada ou pagas as custas, providencie-se de imediato o cancelamento da distribuição (art. 257 do CPC).

Intime-se.

Recife, 27 de agosto de 2020.

Sebastião de Siqueira Souza
Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0042385-28.2020.8.17.2001

AUTOR: EDILSON SEVERINO DOS SANTOS

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 10ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 67063199, conforme segue transcrito abaixo:

" **DESPACHO** Cuida-se de ação de cobrança de indenização securitária ajuizada por EDILSON SEVERINO DOS SANTOS em face de TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., todos qualificados na exordial. A parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita por meio de pedido articulado na exordial. A Lei processual confere à parte que ingressa em juízo o direito de gozar dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º. da Lei n. 1.060, de 5.2.50). A Lei ainda estabelece que se presume pobre quem declara essa condição, até prova em contrário (§ 1º. do art. 4º.). Além da declaração de pobreza ou insuficiência de recursos, o Juiz pode determinar que a parte apresente outros elementos comprobatórios da sua situação econômica, o que não foi feito nos presentes autos, nos moldes do que autoriza o artigo 99, § 2º do CPC. Posto isso, determino que a parte autora complemente a prova de sua incapacidade econômica, fazendo juntar aos autos, dentro de 15 (quinze) dias, e para que possa gozar dos benefícios da assistência judiciária, comprovante de renda do autor, cônjuge, companheira ou pessoa que vive sob mesmo teto, enfim documentos que comprovem a renda familiar e demonstrem a situação de necessidade anteriormente declarada. Em idêntico prazo, deverá a parte autora juntar ao processo comprovante de residência em seu nome, porquanto o que fora juntado encontra-se em nome de terceiro estranho ao processo. Decorrido o prazo fixado na presente decisão sem que tenha sido produzida a prova ordenada ou pagas as custas, providencie-se de imediato o cancelamento da distribuição (art. 257 do CPC). Intime-se. Recife, 27 de agosto de 2020. Sebastião de Siqueira Souza Juiz de Direito"

RECIFE, 28 de agosto de 2020.

TACIANA MARTINS AMORIM BARBOSA BARROS

Diretoria Cível do 1º Grau



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-
PE**

Processo nº. 42385-28.2020.8.17.2001

EDILSON SEVERINO DOS SANTOS, já devidamente qualificado nos autos do processo acima em epígrafe, no qual contende com **TOKIO MARINE SEGURADORA SA**, por sua advogada ao final assinada, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exª. REQUERER o que segue:

Que o autor encontra-se desempregado, comprovando a incapacidade financeira para arcar com as custas processuais, reiterando o pedido para ser beneficiário da justiça gratuita, conforme CTPS em anexo.

Pelo exposto, requer a juntada da CTPS comprovando que o autor não tem condições de arcar com as custas processuais, reiterando o pedido da justiça gratuita na peça vestibular.

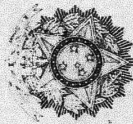
Nestes Termos,

Pede Deferimento.

R e c i f e , 0 2 d e s e t e m b r o d e 2 0 2 0 .

JULIANA DE ALBUQUERQUE MAGALHÃES
OAB/PE 22.820.

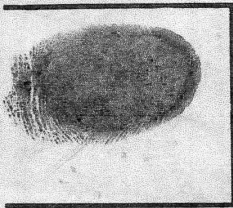




MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 71839 Série 00012 F E



Polgar Direito



Edson Gonçalves dos Santos
ASSINATURA DO PORTADOR



8

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Edson Gonçalves dos Santos

Loc. Nasc.

Peru

Est.

PA

Filiação João de Deus dos Santos e Maria

Alcides dos Santos

Est. Civil Solteiro Doc. Nº 39911

Fs. 76 Liv. 26 Reg. Civil 1991

Outro doc.

Situação Militar Doc. Nº

Nº

Naturalização Doc. Nº

Em

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. Nº

Estado

Obs

Data Emissão 13.08.91 DRT 95

Assinatura do Funcionário

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.

Empregador: CARNEIRO E BEZERRA T MEC E C
 CNPJ: 08.304.288/0001-08
 End.: RUA TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE, 123 -
 LIVRAMENTO
 Vitória de Santo Antão PE
 CEP: 55602400
 Cargo: MOTORISTA CAMINHAO
 CBO n°:-
 Data Admissão: 01/11/2013
 Registro n°:
 Remuneração: R\$1.200,00 Hum Mil e Duzentos
 Reais

Carneiro & Bezerra Transportes
 Mecanização e Construções LTDA
 CNPJ: 08.304.288/0001-08

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º
 Data saída: 16 de Fevereiro de 192016

Joiane Marciel Bezerra
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º
 Com. Dispensa CD N°

Empregador

CGC/MF.

Rua N°

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

..... C.B.O. n°

Data admissão de de 19.....

Registro n° Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD N°

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O portador da Presente, foi contratado em Caráter de Experiência de 45 dias podendo ser Prorrogado ou Rescindido por quaisquer das partes antes do prazo estipulado, independente de Aviso Prévio. Ao término do mesmo e não havendo Rescisão por ambas partes, passará a ser por tempo indeterminado.

Recife

Assinatura

Carneiro & Bezerra Transportes
 Mecanização e Construções LTDA
 CNPJ: 08.304.288/0001-08

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Reserva a data
 correta do afixamento
 por 15/02/2016

Carneiro e Bezerra Construções Ltda

Joel Pereira Carneiro

Joiane Marciel Bezerra

Joiane Marciel Bezerra

CNPJ: 08.304.288/0001-08



ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

[illegible]

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

[illegible]



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810358

Processo nº **0042385-28.2020.8.17.2001**

AUTOR: EDILSON SEVERINO DOS SANTOS

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

DESPACHO

Recebo o aditamento da inicial.

Concedo os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes do disposto na Lei nº 1.060/50. Advirto a parte autora, no entanto, de que, em caso de prova em contrário acerca de suas condições econômicas, ficará sujeita ao pagamento de até o décuplo das custas judiciais, nos termos do art. 4º, §1º, de referida Lei.

Deixo de designar audiência de conciliação e/ou mediação, insculpida no art. 334 do NCPC, tendo em vista que em casos como o presente, a experiência forense demonstra que a possibilidade de conciliação só se faz presente após a realização de perícia médica a fim de constatar o grau de lesão do requerente.

Cite-se a parte ré, por carta com aviso de recebimento (art. 246, I, CPC) para contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Da correspondência de citação deverá constar a advertência de que não sendo contestada a ação, serão considerados verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora.

Cumpra-se.

Recife-PE, 17/09/2020.

Sebastião de Siqueira Souza
Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 10ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0042385-28.2020.8.17.2001

AUTOR: EDILSON SEVERINO DOS SANTOS

REU: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 10ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 68127942, conforme segue transcrito abaixo:

"DESPACHO Recebo o aditamento da inicial. Concedo os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes do disposto na Lei nº 1.060/50. Advirto a parte autora, no entanto, de que, em caso de prova em contrário acerca de suas condições econômicas, ficará sujeita ao pagamento de até o décuplo das custas judiciais, nos termos do art. 4º, §1º, de referida Lei. Deixo de designar audiência de conciliação e/ou mediação, insculpida no art. 334 do NCPC, tendo em vista que em casos como o presente, a experiência forense demonstra que a possibilidade de conciliação só se faz presente após a realização de perícia médica a fim de constatar o grau de lesão do requerente. Cite-se a parte ré, por carta com aviso de recebimento (art. 246, I, CPC) para contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Da correspondência de citação deverá constar a advertência de que não sendo contestada a ação, serão considerados verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora. Cumpra-se. Recife-PE, 17/09/2020. Sebastião de Siqueira Souza Juiz de Direito"

RECIFE, 1 de outubro de 2020.

MARILIA DOHERTY AYRES
Diretoria Cível do 1º Grau

